

BOLETIM DE GREVE

2024 - Edição: 5



sindsifce.com.br



@sindsifce



GOVERNO APRESENTA NOVA PROPOSTA AOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS; BASE DECIDIRÁ FUTURO DA GREVE



O governo federal apresentou na última terça-feira (11/06) uma nova proposta para reestruturação da carreira de técnico-administrativos(os) em educação (TAEs). O SINASEFE participou da 6ª reunião da Mesa Específica e Temporária da Carreira TAE.

A mesa de negociação contou com a participação de representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Ministério da Educação (MEC) e de entidades representativas da categoria.

Após cinco rodadas de negociação, a nova proposta do governo para os técnicos TAEs, apresenta pequeno ganho na progressão da carreira (steps), que aumentarão dos atuais 3,9% para 4,0% em janeiro de 2025 e 4,1% em abril de 2026. O reajuste salarial, foi proposto da seguinte forma: 2024 (0%), 2025 (9,0%) e 2026 (5%). Na reestruturação da carreira, o tempo de progressão diminui de 18 para 12 meses, com aceleração a cada cinco anos. Mudança

que permite que se chegue do início ao topo da carreira em 15 anos.

A concessão de gratificação por Saberes e Competências (RSC), outra demanda do SINASEFE, terá seus critérios debatidos em um Grupo de Trabalho no MEC a ser criado para aprofundar o tema, com prazo de seis meses. Durante a reunião, o governo disse que o RSC seria implantado em abril de 2026. No entanto, o MGI ainda não formalizou a proposta.

Outro pleito não salarial da categoria, que é a revisão do Decreto 9991/19, foi apresentada proposta de revisão da norma, permitindo que as Instituições Federais de Ensino Superior elaborem seus planejamentos e planos específicos.

A proposta do governo ainda será debatida pela categoria em assembleias locais para posterior deliberação nacional (em Plenária) sobre aceite, ou não, dos termos colocados.

SERVIDORES DA EDUCAÇÃO FEDERAL REALIZAM ATO EM FORTALEZA EM MEIO A NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

Na tarde da última terça-feira (11), aproximadamente 200 trabalhadores da educação federal, incluindo servidores docentes e técnicos-administrativos em educação (TAE), reuniram-se em um ato em frente ao prédio da Receita Federal em Fortaleza, onde funciona o escritório regional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) no Ceará.

O protesto foi organizado pelos Comandos de Greve do Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE) e do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE). O objetivo principal foi pressionar o governo para atender às demandas da categoria, coincidindo com a 6ª reunião da Mesa Específica Temporária relativa à carreira dos TAEs, que aconteceu em Brasília.

O ato em frente ao MGI em Fortaleza foi considerado uma demonstração significativa da força e da união dos trabalhadores da educação federal, refletindo o empenho da categoria em alcançar melhores condições de trabalho e reconhecimento de suas demandas.



Principais resultados da Mesa de Negociação com os TAE's

Após cinco rodadas de negociação, a nova proposta do governo para os técnicos TAEs, apresenta pequeno ganho na progressão da carreira (steps), que aumentarão dos atuais 3,9% para 4,0% em janeiro de 2025 e 4,1% em abril de 2026. O reajuste salarial, foi proposto da seguinte forma: 2024 (0%), 2025 (9,0%) e 2026 (5%). Na reestruturação da carreira, o tempo de progressão diminui de 18 para 12 meses, com aceleração a cada cinco anos. Mudança que permite que se chegue do início ao topo da carreira em 15 anos.

Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.



DEBATE SOBRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL É REALIZADO NO CAMPUS MARACANAÚ

No dia 6 de junho, no auditório do Campus Maracanaú, o SINDSIFCE realizou palestra com o tema “Regimes Previdenciários no Serviço Público Federal”, ministrada por Priscilla Uchoa, Diretora do Sindicato dos Servidores do IFCE.

Durante a palestra, Priscilla Uchoa abordou a evolução dos regimes de previdência no Serviço Público Federal brasileiro, enfatizando a alta proporção de aposentados em relação aos trabalhadores ativos no sistema federal, além do impacto da introdução de um teto de aposentadoria. Uchoa explicou que é urgente a necessidade de encontrar soluções de financiamento sustentável

para o sistema previdenciário federal. “Precisamos de um debate amplo e de políticas eficazes para garantir que o RPPS continue a cumprir seu papel de forma justa e sustentável”.

Além disso, foram apontados problemas como a concentração da concessão e manutenção no INSS (suspensa temporariamente), as exigências das Emendas Constitucionais 20/1998 e 103/2019, e a possível extinção do RPPS com sua aglutinação ao RGPS/INSS. Uchoa enfatizou a importância do RPPS como mecanismo de proteção social e redistribuição de renda.

O evento foi bem recebido pelos participantes, que saíram do auditório com uma compreensão mais clara dos desafios e das mudanças no regime previdenciário dos servidores públicos.



AULA PÚBLICA DISCUTE A GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL E A INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO DURANTE AS NEGOCIAÇÕES

Dia 10 de junho foi realizada uma aula pública com o tema “Greve da Educação Federal: em que pé estamos?”, ministrada pela Professora Artemis Martins, coordenadora geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). O evento ocorreu na tenda instalada no pátio da Reitoria do IFCE e contou com a participação de 50 servidores. Para chamar a atenção dos servidores e servidoras da Reitoria e incentivá-los a participar da aula, foi organizado um cortejo.



O evento foi aberto a toda a comunidade do Instituto Federal, criando um espaço de discussão e integração em meio ao movimento grevista que afeta a educação federal.

Durante o debate, foi discutido o fato de que a greve pautou o anúncio de investimentos feitos no mesmo dia, pelo governo. No entanto, essa vitória é considerada insuficiente, pois as reivindicações

dos trabalhadores ainda não foram plenamente atendidas.

EM TEMPO – O presidente Lula (PT) anunciou cerca de R\$ 4,02 bilhões para instituições. Como já havia R\$ 1,5 bilhão previsto no PAC para os hospitais universitários, o total do programa para a educação vai para R\$ 5,5 bilhões.

A Professora Artemis, durante sua aula, abordou os recentes anúncios do governo federal, destacando a postura intransigente do governo nas negociações.

Artemis Martins, comentou a fala do presidente Lula, ao dizer que queremos “tudo ou nada”: “a gente cedeu, cedemos muito, então a gente não tá querendo tudo, como ele disse. A gente tá brigando por aquilo que é fundamental. A gente quer estabelecer um mínimo, o básico pra gente sair da greve. Negociamos com a nossa base, a revogação imediata da portaria 983 e algum percentual para 2024; a reposição da inflação. Isso é tudo? Não! Não somos nós os intransigentes!”, disse.

A discussão também ganhou um novo capítulo com o pedido do presidente Lula pelo fim da greve. Em seu pronunciamento, Lula enfatizou a necessidade de retomada das atividades. Contudo, a posição do governo tem sido considerada inflexível pelos grevistas, que reivindicam uma negociação mais justa e transparente.

Os servidores presentes na aula pública expressaram sua preocupação com a falta de diálogo efetivo por parte do governo e reafirmaram seu compromisso com a luta e com a greve.



Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.

